



Anais da Assembléia

Nº 69

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 1975.

ANO I

COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Accioly Neto

Vice: Waldenício Barbalho

Membros Efetivos:

ARENA — Fabiano Braga Cortes, Accioly Neto, Dácio Leonel, Ezequias Losso, Luiz Roberto Soares, Ivan Rüppel.

M.D.B. — Nilso Sguarezi, Deni Schwartz, Waldenício Barbalho, Enéas Faria, Adalberto Daros

Membros Suplentes:

ARENA — Jurandir Messias, Basílio Zanusso, Wilson Fortes, Jorge Sato, Werner Wanderer, Luiz Alberto de Oliveira.

M.D.B. — Lineu Turra, Luiz Carlos Zuk, Otássio Pereira.

Secretário: Rita Celestino Soares.

Reuniões: 4ªs feiras, após a Sessão Plenária.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Presidente: Quielse Crisóstomo

Vice: Lúcio Machado

Membros Efetivos:

ARENA — Quielse Crisóstomo, Gilberto Carvalho, Aragão Mattos Leão, Gabriel Manoel.

M.D.B. — Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho.

Membros Suplentes:

ARENA — Luiz Roberto Soares, Accioly Neto, David Federmann, João Cioni Neto.

M.D.B. — Domício Scaramella, Edison Alencar.

Secretário: Teresinha Barbosa Moura e Claro.

Reuniões: Condicionadas a existência de matéria.

COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO

Presidente: Egon Pudell

Vice: Jayme Rodrigues Carvalho

Membros Efetivos:

ARENA — Egon Pudell, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto

M.D.B. — Domício Scaramella, Jayme Rodrigues Carvalho.

Membros Suplentes:

ARENA — Alfredo Gulin, David Federmann, Ivan Rüppel

M.D.B. — José Domingos Scarpelini.

Secretário: Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões: Condicionadas a existência de matéria.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Presidente: Aragão Mattos Leão

Vice: Ernesto Dal'Oglio

Membros Efetivos:

ARENA — Quielse Crisóstomo, David Federmann, Aragão Mattos Leão

M.D.B. — Ernesto Dal'Oglio, José Domingos Scarpelini.

Membros Suplentes:

ARENA — Luiz Roberto Soares, Gabriel Manoel, Ezequias Losso.

M.D.B. — Otássio Pereira

Secretário:

Reuniões: Condicionadas a existência de matéria.

COMISSÃO DE TURISMO

Presidente: Nelson Buffara

Vice: Gilberto Carvalho

Membros Efetivos:

ARENA — Wilson Fortes, Jurandir Messias, Gilberto Carvalho.

M.D.B. — Adalberto Daros, Nelson Buffara

Membros Suplentes:

ARENA — Quielse Crisóstomo, Werner Wanderer, João Cioni Neto.

M.D.B. — Ernesto Gnoatto.

Secretário: Maria Stella Maeder do Amaral Gurgel.

Reuniões: Condicionadas a existência de matéria.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Presidente: Jorge Sato

Vice: Antonio Facci.

Membros Efetivos:

ARENA — Fuad Nacli, Wilson Fortes, Jorge Sato, Egon Pudell.

M.D.B. — Antonio Facci, Trajano Bastos, Domício Scaramella.

Membros Suplentes:

ARENA — Luiz Alberto Oliveira, Ivan Rüppel, Lázaro Dumont, Rosário Pitelli

M.D.B. — Walter Pietrângelo, Deni Schwartz.

Secretário: Elcy Silva Batista

Reuniões: Condicionadas a existência de matéria.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Luiz Alberto Oliveira

Vice: Otássio Pereira

Membros Efetivos:

ARENA — Luiz Alberto Oliveira, Alfredo Gulin, Lázaro Dumont.

M.D.B. — Ernesto Dal'Oglio, Otássio Pereira

Membros Suplentes:

ARENA — Basílio Zanusso, Werner Wanderer, Rosário Pitelli.

M.D.B. — Lúcio Machado.

Secretário: Marlene Couto de Cristo.

Reuniões: Condicionadas a existência de matéria.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Presidente: Rosário Pitelli

Vice: Nelson Buffara

Membros Efetivos:

ARENA — Jurandir Messias, Werner Wanderer, Rosário Pitelli.

M.D.B. — Edison Alencar Barbosa, Nelson Buffara

Membros Suplentes:

ARENA — Gabriel Manoel, Egon Pudell, Gilberto Carvalho

M.D.B. — Oswaldo Macedo.

Secretário: Maria Aparecida Amaral

Reuniões: Condicionadas a existência de matéria.

COMISSÃO DE POLÍCIA

Presidente: Werner Wanderer

Vice: Jayme Rodrigues de Carvalho

Membros Efetivos:

ARENA — Rosário Pitelli, Werner Wanderer, João Cioni Neto.

M.D.B. — Jayme Rodrigues de Carvalho, Nilso Sguarezi.

Membros Suplentes:

ARENA — Wilson Fortes, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso

M.D.B. — Hélio Manfrinato.

Secretário:

Reuniões: Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente: Basílio Zanusso

Vice: Lineu Turra

Membros Efetivos:

ARENA — Basílio Zanusso, Francisco Scorsin, Luiz A. de Oliveira

M.D.B. - Lineu Turra, Oswaldo Macedo
 Membros Suplentes
 ARENA - Wilson Fortes, João Cioni, David Federmann.
 M.D.B. - Walter Pietrângelo.
 Secretário: Lélcio Guimarães Sotto-Maior
 Reuniões Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Presidente: Francisco Escorsin
 Vice: Ernesto Gnoatto
 Membros Efetivos
 ARENA - Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Basílio Zanusso
 M.D.B. - Ernesto Gnoatto, Hélio Manfrinato
 Membros Suplentes
 ARENA - Werner Wanderer, Aragão Mattos Leão, Ivan Rüppel
 M.D.B. - Domício Scaramella.

Secretário: José Tavares Canto Filho

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

Presidente: Alfredo Gulin
 Vice:
 Membros Efetivos:
 ARENA - Alfredo Gulin, David Federmann, Fuad Nacli.
 M.D.B. - Lineu Turra, Walter Pietrângelo.
 Membros Suplentes:
 ARENA - Egon Pudell, Jorge Sato, Francisco Scorsin.
 M.D.B. - Jayme Rodrigues de Carvalho.
 Secretário: Roberto Diniz Satyro
 Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 102ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 1975 (SEXTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Lúcio Machado, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Dácio Leonel.

Às 09,30 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Manoel, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Oswaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE - Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - Não há Expediente a ser lido

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição Nº 78/75, Veto apostado ao Projeto de Lei Nº 97/73, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Universidade Estadual de Londrina, a Fazenda Experimental de Criação, da Secretaria da Agricultura, localizada no município de Iporã. Parecer da C.C.J., pela manutenção do Veto. - Encerrada a discussão - Em votação. - **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**
 Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente

sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 23, segunda-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 101/75.
 Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 1975 (Sexta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Basílio Zanusso.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Manoel, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Matos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Oswaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Nilso Sguarezi, Ernesto Gnoato e Valter Pietrângelo. (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, seja encaminhado apelo ao Senhor Presidente do egrégio Tribunal de Jus-

tiça do Estado, no sentido de que, por ocasião da elaboração da nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, seja criada a comarca de Corbélia.

Sala das Sessões, em 19 de junho, de 1975.

a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

O município de Corbélia tem atualmente, 60.000 habitantes aproximadamente, 10.000 eleitores e possui, no seu território, os distritos administrativos municipais de Braganey, Iguatu, Anay, Penha e Ouro Verde. É uma região próspera que, pela sua importância dentro do Estado do Paraná, merece, sem dúvida, a criação da comarca.

Esperamos, portanto, apoio e aprovação para este nosso requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, seja encaminhado. Ofício aos Exmos. Srs. Presidentes do Banco Central e Banco do Brasil, apelando no sentido de ser instalada com urgência, uma agência do Banco do Brasil, na sede do município de Jaguapitã, Estado do Paraná.

Tal solicitação se faz, tendo em vista o grande crescimento que vem ocorrendo naquela região do Norte paranaense, mormente no setor agrícola, fazendo com que haja condições mais do que favoráveis, para a instalação da agência pleiteada. Além das condições existentes, a agência irá beneficiar e atender aos reclamos da coletividade da vasta região que abrange aquela comarca.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1975.

a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que este subscreve, requer, ouvido o plenário, que se oficie ao Sr. Governador do Estado do Paraná, Jayme Canet Junior; ao Sr. Borsari Netto, Secretário da Educação e Cultura e ao Sr. Gastão de Abreu Pires, Secretário de Recursos Humanos; formulando apelo para que o Poder Executivo elabore imediatamente, projeto de lei que conceda estabilidade funcional e outros direitos trabalhistas aos professores suplementaristas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Trilhando caminhos incertos, o professorado paranaense continua ainda contemplando a passividade do Poder Executivo deste Estado, na implantação do — ESTATUTO DO MAGISTÉRIO. — Pior do que isso, apesar do disfarce, observam a atitude inaceitável do Estado, na protelação da discussão e da solução do problema.

Não obstante o desinteresse e ludibriação com que o Poder Executivo trata de assuntos do magistério, propomos que:

1º) — Considerando que é profundamente injusto, antidemocrático e desumano o Poder Público Estadual manter o seu quadro de professores suplementaristas, negando-lhes direitos naturais de Classe Trabalhista Nacional, tais como: estabilidade funcional, recebimento do 13º salário, repouso semanal remunerado, salário-família; enfim, negando à classe os mínimos direitos, à não ser o pagamento, sempre com atraso, às aulas dadas.

2º) — Considerando que é vil sob todos os aspectos para o Poder Público, a luta judicial que envolve o Estado e os professores suplementaristas, que buscam na manifestação da JUSTIÇA o reconhecimento de seus direitos trabalhistas. Basta ver reportagem do jornal "Folha de Londrina" do dia 07 de junho do corrente ano, com o título: — SUPLEMENTARISTAS GANHAM O PRIMEIRO ROUNDE NA SUA LUTA CONTRA O ESTADO —; relatando despacho Judicial na Ação que 653 professores suplementaristas impetraram em Curitiba, pleiteando o reconhecimento de todos os direitos e garantias estabelecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

3º) — Considerando que experiência anterior demonstra que o Estado perderá qualquer luta nesse sentido em todas as Instâncias, o que, obrigará os cofres do Executivo Público Estadual à suportar grandes encargos e responsabilidades que podem e devem ser evitadas. Convém lembrarmos que:

a — Impetraram pelo Advogado Dr. Raul Shuindeler, 10.000 (dez mil) suplementaristas (excedentes) foram até ao Supremo Tribunal, conseguindo ganhar Ação contra o Estado de São Paulo.

b — O professor Jorge Miguel da Silva, ganhou isoladamente Ação interposta contra o Governo do Estado do Paraná, que se obrigou a lhe conceder a estabilidade.

4º) — Considerando que 396 suplementaristas já estão com Ação exigindo estabilidade, impetrada pelo Advogado Dr. Kioshi Kanayama, na 15ª Vara Cível de Curitiba. E que, o próprio Advogado, Dr. Raul Schuindeler, renomado e experiente no assunto, já propôs Ação Judicial para mais 30 (trinta) professores suplementaristas de nosso Estado, requerendo estabilidade, já estando a elaborar solicitação idêntica para mais 30 (trinta) suplementaristas paranaenses.

5º) — Considerando a atitude espúria do Estado em aceitar disputa Judicial tão ultrajante, onde luta para não conceder Direito líquido e justo à servidores amplamente caracterizados.

6º) — Considerando que o quadro de professores suplementaristas do Paraná vai à Casa dos 7.000 (sete mil) e, grande parcela já conta com até 20 (vinte) anos de serviços.

7º) — Considerando enfim que é absolutamente Inconstitucional a manutenção de funcionalismo sem a mínima segurança e amparo, e que, o Sr. Governador Jayme Canet Junior demonstra intenção de GOVERNAR COM DINAMISMO E JUSTIÇA;

Apelamos à Sua Excelência, bem como aos Srs. Secretários Francisco Borsari Netto e Gastão de Abreu Pires, respectivamente das Pastas de Educação e Cultura e dos Recursos Humanos; para que a questão seja definitivamente solucionada, evitando "entreveros" tão pesados economicamente e vergonhosos para a Vida Pública Nacional.

O exemplo já foi oferecido pelo Estado de São Paulo que, através do DECRETO LEI Nº 249 — de 29 de Maio de 1970, dispôs definitivamente sobre a situação dos professores estáveis do ensino Médio daquele Estado.

Ao reafirmar nosso apelo para que o Governo do Estado tome imediatas providências, pedimos venia para anexar, à título de contribuição e sugestão; UMA VEZ QUE PARLAMENTAR ESTÁ INCONSTITUCIONALMENTE IMPEDIDO DE TOMAR INICIATIVAS LEGISLATIVAS DESTA NATUREZA; — ante projeto de lei específico.

Esperando o habitual respeito e acolhida do Sr. Governador do Estado e Secretários competentes.

PROJETO DE LEI Nº

SÚMULA: Dispõe sobre a situação dos professores estáveis do ensino Médio, e dá providências correlatas.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Os professores do Ensino de Grau Médio está-

veis nos termos do § 2º do artigo 177 da Constituição do Brasil, de 24 de janeiro de 1967 e artigo 156 da Constituição Estadual, terão retribuição fixa correspondente ao padrão do professor efetivo do Ensino Médio (nível 24), ficando sujeitos à prestação de até 32 horas-aula semanais.

§ 1º — As aulas que ultrapassem o limite semanal estabelecido neste artigo serão retribuídas como suplementares.

§ 2º — Aplicam-se a estes professores as normas do Estatuto do Funcionário Público do Estado, o que for compatível com a situação decorrente desta Lei e que com ela não colidirem, a legislação específica do magistério e, de modo especial, as retribuições sobre acumulação, prevista na Constituição do Brasil.

Art. 2º — Os professores referidos no artigo 1º ficam sujeitos a designação para substituições docentes, ministração de aulas suplementares, respeitada a preferência do titular e, prestação de serviços correlatos no magistério, em qualquer região ou estabelecimento de ensino médio do Estado.

Art. 3º — Os professores referidos no artigo 1º só poderão ser nomeados para cargos de professor de ensino médio, mediante concurso público de títulos e provas.

Art. 4º — Estende-se aos professores referidos no artigo 1º o direito à assistência médica prestada pelo Instituto de Previdência do Estado — IPE.

Art. 5º — Os títulos dos servidores abrangidos por esta Lei serão apostilados pelo Secretário de Estado da Educação, ou Autoridade de ensino por ele designada.

Art. 6º — O Poder Executivo regulamentará esta Lei dentro de 30 (trinta) dias da sua publicação.

Art. 7º — As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta das dotações próprias consignadas à Secretaria da Educação e Cultura no orçamento para pagamento de aulas suplementares.

Art. 8º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GOVERNO DO ESTADO.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 85/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado no município de Corbélia, o Distrito Administrativo de Anahy, cujos limites constam na documentação em anexo.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1975.

a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentarmos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres pares, visamos apenas dar um referendo à lei Municipal nº 10/74, confirmando a vontade de seus habitantes.

O SR. PRESIDENTE — Finda a leitura do Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lendo):

“Os assuntos policiais continuam sendo a temática preferida em debate na opinião pública. Nesta Casa já denunciávamos arbitrariedades policiais ocorridas no interior do Estado. Não era entretanto, um fato novo na história paranaense, já que tal procedimento da polícia se tornou fato corriqueiro, pela insidiosa continuidade.

Mas, é dever deste parlamentar esclarecer que o fenômeno

está relacionado com a inadequada estrutura técnica e humana que envolve toda a instituição policial. Não se pode responsabilizar o Secretário de Segurança pelos desmandos verificados. Conhecemo-lo de longa data, desde os tempos da SAOEX e o sabemos homem interessado em responder com trabalho, inteligência e consciência aos desafios que lhe são propostos.

Os problemas da polícia do Paraná são quase antológicos. Os baixos padrões salariais propostos pelo Governo não permitem melhor qualificação para essa função altamente social e delicada. Mas, é compreensível quando se verifica na História Universal amplos exemplos de idêntico comportamento.

Calígula nomeou seu cavalo Incitatus, Cônsul romano e exigiu para ele, tratamento protocolar. Inclusive refeições à mesa. Pois, se um cavalo pode ser Cônsul romano, por que razão pessoas desqualificadas não podem ser policiais?

À toda ação correspondente uma reação. Na realidade, Senhores Deputados, verificamos que a agressão policial contra o povo, marginalizado no comezinho direito de defesa, suscita apreensões e temor. O povo sente-se desprotegido, porque os agentes da lei são delinquentes comuns que gozam de impunidade.

Certo político brasileiro costumava dizer sempre: “Para os nossos amigos, tudo; para os inimigos, a Lei”. Essa distorção parece ter encontrado no Paraná o campo ideal para a prática.

E na medida em que investem contra a integridade do povo, que investem contra sua vida, percebemos que alguma coisa precisa ser feita e urgentemente.

A polícia do Paraná não pode e não deve continuar desparelhada tecnicamente e despreparada pessoalmente. Cabe ao Governo do Estado determinar “melhores padrões salariais”, em função do que será possível melhor qualificar o agente da lei, para que a onda de crimes insolúveis deixe de ser a tônica de uma existência inútil. Para que os verdadeiros criminosos sejam identificados e presos, e para que o povo não seja confundido à priori, no total desentendimento do que preceitua a Constituição Brasileira, quando diz: “todo o homem é inocente até que se prove o contrário”. E o que verificamos? É que tem havido uma inversão de valores, de fatos e da verdade. Para a polícia, “todo o homem é culpado até que se prove o contrário”, e fundamentado nesse falso conceito, sente-se ela no direito de agredir, vilipendiar, tripudiar e desonrar, como se Código Penal Brasileiro, não estatuisse cominações para a injúria, o falso testemunho e para a calúnia.

E o que é grave, Senhores Deputados, é que em face da lei, quando se delinque, os privilégios pessoais, devem ser cassados, o que não ocorre com os agentes dessa mesma lei quando a infringem.

Porém, o entendimento nos diz, ao cometer o crime, esses homens deixam de ser agentes da lei, para serem apenas agentes do Governo, o que suscita uma conotação muito mais grave que deve ser analisado imediatamente pelo Poder Administrativo.

Senhores Deputados: nós acreditamos nos propósitos do Governo, e por isso, esperamos que esse quadro seja alterado, com a punição daqueles, ...

OSR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao orador que sem tempo está esgotado, e concede mais 1 minuto para terminar a sua oração.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — ... que, atentando contra o povo, põe em risco o regime jurídico brasileiro, a legalidade, o regime político e o próprio Governo.

Obrigado”.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Ezequias Losso, último orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A participação ativa da Assistência Social Adventista em 189 países, tem proporcionado bem estar a milhões de seres humanos de diferentes raças, costumes e religiões. Em nossa

Pátria, os adventistas, além de asilos e ambulatórios, mantêm quatro nosocomios; o Hospital Adventista de Belém, no Estado do Pará; o Hospital Adventista Silvestre, no Rio de Janeiro; o Hospital Adventista de São Paulo, na Capital do vizinho Estado e o Hospital de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso, o único no gênero para tratamento específico do Penfigo. A Assistência Social também é desenvolvida por seis clínicas, treze lanchas, ambulatórios e camionetes, 16 clínicas rodantes, 341 escolas primárias e fundamentais, onde estudam 22.601 alunos; 12 escolas secundárias e colégios onde estão matriculados 4.100 estudantes; uma Faculdade de Enfermagem no Estado de São Paulo, uma Faculdade de Educação, também naquele Estado, duas Faculdades de Tecnologia e um Conservatório Musical. O custo médio aproximado de manutenção e atendimento das unidades assistenciais, em 1974, foi calculado da seguinte forma: Doente do Penfigo, Cr\$ 900,00; Orfanato, manutenção, instrução, Cr\$ 1.000,00; Asilos de Velhos, manutenção por pessoa, Cr\$ 500,00. Por dia, o custo de cada lancha em operação foi de Cr\$ 500,00, no Brasil, e Unidade de Saúde, Cr\$ 400,00.

Os recursos para esta obra filantrópica são obtidos junto a membros da própria comunidade adventista e junto à população que anualmente tem contribuído com donativos voluntários.

No corrente ano, a campanha pública se faz sobre o tema: "mãos que se estendem para mãos estendidas", como anunciam painéis colocados nas diversas cidades do Estado e do Brasil.

Certamente, a mensagem está compreendida por elevado número de pessoas dotadas de amor fraternal para que a Assistência Social Adventista, continue a desenvolver esta monumental obra, de proporcionar apoio àqueles que dele necessitam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nachi, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** - Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à Apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 41/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com o município de Cianorte, objetivando construção de um prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública no referido município. - **Aprovado.**

Redação Final ao Projeto de RESOLUÇÃO Nº 41/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 04 de fevereiro de 1974 entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, e o município de Cianorte, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, no referido município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 42/75, que aprova os Termos de Convênios celebrados entre o Governo do

Estado do Paraná, através das Secretarias de Saúde Pública e de Viação e Obras Públicas, e os municípios de Assaí, Mandaguaiçu e Chopinzinho, objetivando construção de prédios destinados à Unidades Sanitárias das sedes dos referidos municípios. - **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de RESOLUÇÃO Nº 42/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam aprovados os Termos de Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Saúde Pública e de Viação e Obras Públicas, e os municípios de Assaí, Mandaguaiçu e Chopinzinho, objetivando a construção de prédios destinados à Unidades Sanitárias das sedes dos referidos Municípios.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 209/73, que isenta da Contribuição mensal devida ao Instituto de Previdência do Estado, servidores públicos inativos, civis, Militares e Autárquicos, assegurando-se-lhes os benefícios previdenciários e assistenciais. - **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 209/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar da contribuição mensal devida ao Instituto de Previdência do Estado - IPE, os servidores públicos inativos, civis, militares e autárquicos, ficando-lhes assegurados os benefícios previdenciários e assistenciais de que trata a legislação específica do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 186/74, que denomina "Estação Engenheiro Rosaldo Gomes de Mello Leitão", a Estação Ferroviária localizada no quilômetro 54 da Estrada de Ferro Central do Paraná. - **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 186/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada "Estação Engenheiro ROZALDO GOMES DE MELLO LEITÃO", a estação ferroviária localizada no quilômetro 54, da Estrada de Ferro Central do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 06/75, que declara

de Utilidade Pública o Centro Social São João Batista, com sede e foro na cidade de Bocaiúva do Sul — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 06/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO SOCIAL SÃO JOÃO BATISTA, com sede e foro na cidade de Bocaiúva do Sul.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 13/75, que declara de Utilidade Pública o Instituto Educacional e de Assistência Social "Luz e Amor", com sede na cidade de Maringá. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 13/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o INSTITUTO EDUCACIONAL E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL "LUZ E AMOR", com sede na cidade de Maringá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 17/75, que autoriza o Poder Executivo doar ao município de Telêmaco Borba, imóvel, onde funciona o Grupo Escolar Leopoldo Mercer. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 17/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Telêmaco Borba, o imóvel onde funciona atualmente, na sede municipal, o Grupo Escolar Leopoldo Mercer.

Parágrafo único — A presente doação somente se concretizará após a conclusão das obras do novo prédio destinado ao referido Grupo Escolar.

Art. 2º — O imóvel doado através desta Lei, ficará sob o regime de inalienabilidade e impenhorabilidade a qualquer título, revertendo o patrimônio ao doador em caso de infração do aqui estabelecido.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja elaborado imediatamente, Projeto que conceda estabilidade funcional e outros direitos trabalhistas aos professores suplementaristas do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de que, por ocasião da elaboração da nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, seja criada a Comarca de Corbélia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja enviado apelo aos Srs. Presidentes do Banco Central e Banco do Brasil S.A., no sentido de que seja instalada uma agência do Banco do Brasil, na sede do município de Jaguapitã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Cioni Netto, constante do expediente, de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de ser determinada a construção de um Posto Rodoviário na Rodovia PR-86. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 23, à Hora Regi- mental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 48/75

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 119/74.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 32/75

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, reunindo-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Reuniões, com a presença dos senhores deputados: Rosário Pitelli, Nelson Buffara e Werner Wanderer. Havendo número legal o senhor Presidente, declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do dia, onde foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 133/74, de autoria do senhor deputado Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo, criar no município de Dois Vizinhos, uma Inspetoria Regional de Ensino, com jurisdição nos municípios de São Jorge, São João, Tapejará, Salto do Lontra, Realeza e Santa Isabel. Relator: Deputado Nelson Buffara. Parecer: Contrário. **Aprovado.** PROJETO DE LEI Nº 32/75, de autoria do senhor deputado Edilson Alencar, que autoriza o Poder Executivo, criar uma Inspetoria Regional de Ensino no município de Assis Chateaubriand, cuja jurisdição abrangerá o município de Formosa do Oeste. Relator: Deputado Nelson Buffara. Parecer: Contrário. **Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata que depois de aprovada é por mim assinada bem como pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

a) ROSÁRIO PITELLI — Presidente

a) Maria Aparecida Amaral — secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de junho, do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, às dezessete horas, na Sala da Reunião deste Poder, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado

Accioly Neto, e presentes os Senhores Deputados: Waldenício Barbalho, Adalberto Daros, Enéas Faria, Nilso Sguarezi, Deni Schwartz, Ivan Rüppel. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: PROJETO DE LEI Nº 41/75, de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, declara de utilidade pública a Ação Social Cristo Profeta, da cidade de Apucarana. Relator Deputado Fabiano Braga Cortes. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 56/75, de autoria do Senhor Deputado Antonio Facci. Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da cidade de Maringá. Relator: Deputado Fabiano Braga Cortes. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI nº 51/74, de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Sociedade São Vicente de Paulo, da cidade de Londrina. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 178/74, de autoria do Senhor Deputado Iris Mário Caldart. Declara de utilidade pública o Centro Social Beneficente da Paróquia São Cristóvão, da cidade de Cascavel. Relator Deputado Nilso Sguarezi. Parecer favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 131/73, de autoria do Senhor Deputado David Federmann. Declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais, S.O.S., da cidade de Ponta Grossa. Relator Deputado Nilso Sguarezi. Parecer favorável. PROPOSIÇÃO Nº 73/75, de autoria do Poder Executivo. Ofício nº 51/75, encaminhando veto apostado ao Projeto de Lei nº 134/74, do Senhor Deputado Gilberto Carvalho. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer favorável. Aprovado. PROPOSIÇÃO nº 75/75, de autoria do Poder Executivo. Ofício nº 69/75, encaminhando veto apostado ao projeto de Lei nº 117/73, do Deputado João Calil Fadel. Relator Deputado Enéas Faria. Parecer favorável. Aprovado. PROPOSIÇÃO Nº 76/75, de autoria do Poder Executivo. Ofício 70/75, encaminhando veto apostado ao Projeto de Lei nº 406/68, do Senhor ex-Deputado Roberto Wypych. Relator Deputado Enéas Faria. Parecer favorável. Aprovado. PROPOSIÇÃO Nº 77/75, de autoria do Poder Executivo. Ofício nº 71/75, encaminhando veto ao Projeto de Lei nº 19/74, do Senhor Deputado Haroldo Bianchi. Relator Deputado Ivan Rüppel. Parecer favorável. Aprovado. PROPOSIÇÃO Nº 78/75, do Poder Executivo. Ofício 72/75, encaminhando veto apostado ao Projeto de Lei nº 97/73, do Deputado Olavo Ferreira. Relator Deputado Ivan Rüppel. Parecer favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Deputado Accioly Neto, Presidente da Comissão, encerrou a reunião, da qual, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

a) ACCIOLY NETO - Presidente

a Rita Celestino Soares - secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

8ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado BASILIO ZANUSSO. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado Francisco Escorsin apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 166/72 - de autoria do deputado Antonio Lopes Júnior, que transfere à responsabilidade do DER, a estrada que os Municípios de Irati e Inácio Martins, passando pelas localidades que especifica. PROJETO DE LEI Nº 52/74 - de autoria do deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo construir prédio

destinado ao funcionamento do Ginásio Estadual, na sede do Dist. de Santa Lúcia, Mun. de Capitão Leônidas Marques. PROJETO DE LEI Nº 53/74 - de autoria do deputado Aryzone Araújo, que autoriza o P.E. criar como entidade de Fundação Estadual, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Francisco Beltrão. PROJETO DE LEI Nº 121/74 - de autoria do deputado Muggiati Filho, que autoriza o P.E. declarar de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Munhoz de Mello, PROJETO DE LEI Nº 137/74 - de autoria do deputado Rosário Pitelli, que autoriza o P.E. doar a Pref. Mun. de Bela Vista do Paraíso, 1 rolo compressor Muller Tander, ano 1962, de propriedade da Secretaria dos Transportes. PROJETO DE LEI Nº 175/74 - de autoria do deputado JORGE SATO, que autoriza o P.E. fixar importância não excedente a vinte por cento, do maior salário mínimo do Estado, os honorários de serviço dos Despachantes Oficiais do Trânsito. PROJETO DE LEI Nº 181/74 - de autoria do deputado Olavo Ferreira, que declara de utilidade pública o Departamento Diocesano de Obras Unidas à Sociedade de São Vicente de Paula, de Londrina. PROJETO DE LEI Nº 14/75 - de autoria do Poder Executivo - Mensagem Nº 13/75, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorização para alienar os bens imóveis que especifica. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 07/74 - de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - ex-Proposição Nº 07/74 - que aprova Termos de Acordo celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, e o Estado do Paraná, visando acelerar a execução do levantamento nas áreas 1,2,3,6,7 da Dicação Estadual do Paraná. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14/75 - de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - ex-Proposição 30/75, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com o Mun. de Paranaguá, objetivando construção de prédio destinado ao Instituto Médico Legal, no referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16/75 - de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - ex-Proposição 181/74, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Mun. de Curitiba, visando a implantação do EIXO INDUSTRIAL, que integra o Sistema Viário da Cidade Industrial de Curitiba.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 20/75 - de autoria da Comissão Executiva, que reestrutura o Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal, cria o Departamento de Pessoal e dá outras providências. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 32/75 - de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - ex-Proposição 6/75, que aprova Termo Aditivo ao Convênio de 28/12/73, celebrado entre o Estado do Paraná e a Pref. Mun. de Tapejara, visando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia no referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33/75 - de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Ex-Proposição 29/75, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, e o Mun. de Verê, visando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia no referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 34/75 - de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - ex-Proposição 28/75, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e Viação e Obras Públicas, visando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública no referido Município. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 228/74, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA, referente aos trabalhos de promoção, assistência e fiscalização do Cooperativismo. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 39/75 - de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - ex-Proposição Nº 01/75, que aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e o Estado do Paraná e a Associação Paranaense de Reabilitação, visando aplicação de recursos na Assistência à Deficientes Físicos. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 40/75 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - ex-Proposi-

ção 07/75, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, e o Mun. de Rancho Alegre, visando construção de prédio para a Delegacia de Polícia do referido Município. APROVADAS: Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a

presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

BASÍLIO ZANUSSO – Presidente

Lélío G. Sotto-Maior - Secretário.